

# **32º Encontro Anual da ANPOCS**

**GT 41: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E PROJETOS POLÍTICOS EM  
CONCORRÊNCIA:  
REFLEXÕES A PARTIR DO "RURAL"**

**“Os parceiros da cana” - dilemas do desenvolvimento  
dos assentamentos rurais em São Paulo frente à  
produção agrícola para o etanol**

*Luís Antonio Barone (FCT/UNESP)  
labarone@uol.com.br*

*Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante (Mestrado/UNIARA)  
vbotta@techs.com.br*

*Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (FEAGRI/UNICAMP)  
sonia@agr.unicamp.br*

**Caxambu/MG**

**27 a 31 de outubro de 2008**

# **“Os parceiros da cana” - dilemas do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo frente à produção agrícola para o etanol**

*Luís Antonio BARONE<sup>1</sup>*

*Vera Lucia Silveira Botta FERRANTE<sup>2</sup>*

*Sonia Maria Pessoa Pereira BERGAMASCO<sup>3</sup>*

## **INTRODUÇÃO: Um itinerário de questões polêmicas**

A luta pela terra e a conseqüente política de assentamentos rurais desenvolvida no Estado de São Paulo nos últimos 20 anos têm colocado, tanto para pesquisadores quanto para gestores públicos e população assentada, questões e desafios no desenvolvimento destas experiências de democratização do acesso à terra na unidade mais modernizada da federação. A presença constatada da cultura agroindustrial da cana-de-açúcar nos assentamentos rurais expõe o futuro destas experiências de Reforma Agrária a controvérsias de natureza diversa, o que exige um olhar atento e crítico sobre esta trajetória.

Considerando, o fato de termos, já há alguns anos, nos debruçado sobre a temática dos assentamentos rurais no Estado, ensaiando estudos comparativos entre duas regiões (Araraquara e Pontal do Paranapanema), procuramos, aqui, algumas reflexões acerca dessa polêmica “parceria” entre assentados e agroindústrias processadoras de cana. Este trabalho busca, portanto, avaliar a controversa presença dessa modalidade de integração produtiva dos assentamentos de reforma agrária ao sistema agroindustrial sucroalcooleiro, a partir de estudos realizados nas duas regiões do Estado onde esta situação é verificada: Araraquara (que inclui este município e os limítrofes) e Pontal do Paranapanema (mais especificamente no município de Teodoro Sampaio).

Não se trata, aqui, de avaliar a expansão da cana em si mesma, mas de analisar as conseqüências do sistema de poderes e de controles a ela ligados. Daí a opção de discuti-la a partir de noção de uma trama de tensões que se constitui dinamicamente. Para além dos estudos sobre os “impactos” dos assentamentos (Medeiros e Leite, 2004), as

---

<sup>1</sup> Professor-Doutor do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP – Presidente Prudente (SP).

<sup>2</sup> Pesquisadora do CNPq, Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (Uniara).

<sup>3</sup> Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP.

trajetórias, tanto dos trabalhadores quanto da expansão da cana de açúcar no interior dos assentamentos ganham uma maior inteligibilidade a partir da leitura das tramas de tensões, das quais são partes constitutivas. Os assentamentos, experiências inovadoras na gestão econômica do território, expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo paulista. A introdução e crescimento da cana criam pontos de inflexão neste processo.

A trama, nesse caso, é a constituída pelas relações travadas entre distintos atores, sendo destacados, nesse estudo, os próprios assentados e os diferentes mediadores tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas e políticas. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das políticas públicas é gerador dessa trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias. Assim, a inserção sempre problemática dos assentamentos nos distintos contextos regionais a partir da expansão da cana cria uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária, dimensionado a partir da escala local/microrregional.

A presença e expansão da cana nos assentamentos exigem uma reavaliação da discussão da sustentabilidade, seja econômica, ambiental ou social dos assentamentos. Assim, diferentemente das noções de impacto ou de mera integração, preferimos analisá-las da ótica de uma trama de tensões. A inserção dos assentamentos nos contextos regionais estudados tem se dado mediante tensões explícitas ou latentes, conflituosas ou acomodativas na construção dessa rede de relações. A mobilização dos assentados e demais agentes que compõem os campos econômico e político nos assentamentos tem gerado distintas soluções no enfrentamento dos dilemas produtivos e da pressão que as agroindústrias exercem para ampliar as terras sob seu controle econômico.

Os assentados aparecem como sujeitos muitas vezes em posição de subalternidade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias, mais ou menos coerentes, de possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. Outras vezes, parecem tão somente submergir num sistema de controles e de poderes que os aniquilam. Essa ambigüidade está bastante presente nas distintas maneiras pelas quais usinas, órgãos técnicos, agências de mediação e trabalhadores

assentados se posicionam na discussão e no encaminhamento das ações no tocante a plantar ou não plantar cana para as agroindústrias.

O modo de vida em questão é o constituído pelos assentados em sua busca por sustentabilidade num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são sim os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional, como diria Bourdieu (1989). Os confrontos com as demais forças sociais (capital regional, agentes oficiais dos órgãos estatais responsáveis pela reforma agrária e os agentes do poder público municipal) podem ter, na relação com a cana, cenário privilegiado de observação.

Na região de Araraquara, as formas de cessão das terras dos assentamentos para plantio da cana vão desde uma controvertida “parceria” – com anuência oficial do ITESP – até uma estratégia de organização associativa que se põe em confronto com as determinações do INCRA no tocante a esse tipo de atividade. Grupos pró e contras a introdução da cultura agroindustrial se conflitam, às vezes de forma agressiva. A orientação dos órgãos oficiais, que se tornará flagrantemente divergente ao longo dos anos em que esse processo se desenvolve, denota a falta de uma perspectiva comum em termos de política pública para a reforma agrária e torna mais complexa essa realidade. É possível discutir, também, as lógicas subjacentes nestes embates: produtivismo e rentabilidade monetária X autoconsumo e sustentabilidade ambiental; integração aos complexos agroindustriais X produção de gêneros alimentícios para o mercado local; resistência e autonomia X acomodação e segurança.

Na região do Pontal do Paranapanema (especificamente nos assentamentos do município de Teodoro Sampaio), a opção pelo plantio de cana para as agroindústrias tem como estimulador uma antiga destilaria que se vale, num primeiro caso, de uma “experiência piloto” (que extrapola o oficialmente aprovado pelo INCRA) no assentamento Água Sumida. Num momento posterior, verifica-se a introdução da cultura canavieira para fornecimento à mesma usina em projetos de assentamentos que lhe são vizinhos, desta vez, mediante a mesma instrução oficial do ITESP que autoriza as tais “parcerias”. No entanto, a alternativa encontrada para a implantação da cana neste caso coloca o assentado – auto-identificado como “*fornecedor*” – numa situação de extremo risco, sobretudo devido ao endividamento bancário a que este se submete na implantação do canavial. Se em Teodoro Sampaio a presença da usina no interior do assentamento surge com um alto grau de consenso, sobretudo pela hegemonia territorial que a mesma

exerce naquele quadrante do município, nos P. A.s. de Araraquara essa presença (hegemônica em toda a região) é extremamente polêmica

As alternativas que envolvem a aceitação ou a recusa em plantar cana para usinas têm que ser compreendidas como parte das relações complexas que envolvem assentados, as instâncias do poder local, a economia regional e as agências de mediação. Este conjunto, no entanto, tem que ser pensado de uma perspectiva político-social integradora, não unicamente por uma determinação econômica. A disputa por projetos, que conta ainda com uma alternativa de produção agrícola para biodiesel patrocinada por uma fração do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Pontal, bem como a tentativa de se ampliar a produção de gêneros alimentícios via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA – CONAB) em Araraquara, introduz mais ambigüidades e complexidades na realidade em estudo. Controvérsias é que não faltam na discussão dessa questão, que entra necessariamente na agenda das reflexões sobre o presente/futuro dos assentamentos rurais, os quais têm como referência, neste artigo, duas regiões do Estado de S. Paulo, diferenciadas em suas relações e em sua dinâmica.

## **FRAGMENTOS DA CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS No território das agroindústrias**

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, a região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/ITESP (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro).

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado quase dez anos depois. Hoje o projeto de assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas e, segundo o ITESP, 418 famílias que ali residem. A área da Fazenda Monte Alegre era originalmente pertencente à FEPASA (Ferrovias Paulistas S.A.), estando sob gestão da CODASP (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo) quando os assentamentos foram conquistados.

No mesmo período em que o ITESP instalou um dos núcleos mais recente do projeto de assentamento Monte Alegre - o de número VI, ainda na primeira gestão Mário

Covas (1995-1998) – também assentou 31 famílias no Horto de Bueno de Andrade, área também anteriormente pertencente à CODASP e localizada no distrito araraquarense de Bueno de Andrada (que dá nome ao Horto). As dimensões deste projeto de assentamento, além da origem comum da mobilização das famílias ali assentadas e das que foram para o núcleo VI da Monte Alegre, fazem com que o horto de Bueno seja considerado um apêndice do grande projeto de assentamento Monte Alegre.

Além desses núcleos do ITESP, existe um Projeto de assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro, com 176 lotes agrícolas e (estimadamente) o mesmo número de famílias. O projeto de assentamento Bela Vista se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989. A mobilização que levou à instalação deste P.A. acaba sendo emblemática da luta dos trabalhadores rurais nas terras dos canaviais (Ferrante – Natureza, História e Cultura – Repensando o Social, 1992.a).

Especificamente neste P.A., a observação das formas e da execução da assistência técnica revela, ao longo dos anos, uma relação de estranhamento na esfera das competências e um certo descompasso entre o órgão promotor e o órgão gestor do assentamento (INCRA e ITESP, respectivamente), situação que leva, não poucas vezes, a conflitos entre técnicos e entre técnicos e assentados. Mais recentemente (2005), o ITESP deixa de prestar assistência técnica na “Bela Vista”, sendo este serviço assumido pelo INCRA – o que será, também, ingrediente da polêmica envolvendo o cultivo da cana nesse local.

A trajetória dessas experiências de assentamentos não se diferencia muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica) acabam por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados. Conflitos entre assentados ligados a distintas direções políticas, expressos em protestos contra os órgãos técnicos, conflitos que tiveram interferência nas experiências frustradas de cooperativas e de associações reavivados por muitas disputas internas fazem parte desta trajetória.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses

assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros. A maior parte das terras agricultáveis da região está cultivada com cana - cuja extensão chega, no município de Araraquara, a cerca de 32 mil hectares – e cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região.

Leve-se em conta que, em função mesmo desse entorno sócio-econômico, a maioria das famílias assentadas na região tem uma trajetória recente de trabalho imediatamente ligada a essa economia agroindustrial. Perto de 70% dos assentados no projeto de assentamento Monte Alegre (especialmente dos núcleos II e IV) foram proletários rurais nas culturas de cana e de laranja. No projeto Bela Vista do Chibarro este índice está em torno de 50%, mesmo que a luta pelo assentamento tenha sido iniciada pelos ex-trabalhadores da usina falida. Ainda hoje, tanto a colheita de laranja como a de cana são formas de assalariamento temporário às quais os assentados recorrem.

A inserção de trabalhadores bóias-frias no movimento de demanda pela terra marcou a constituição dos assentamentos na região. A possibilidade da terra constituir-se em um dos eixos de luta dos bóias-frias, categoria que tem, no seu interior, segmentos que não tiveram uma relação direta de apropriação com a terra, criou impasses e exigiu remodelagens de interpretações do processo de modernização/expropriação e proletarização rural (Ferrante, 1992b). Esta origem e a trajetória histórica da população hoje assentada, bem como de seu principal mediador político (o movimento sindical dos assalariados rurais), repõe resistências e acomodações específicas frente à integração dos assentados no sistema produtivo sucroalcooleiro, que se relacionam com o tempo anterior, de assalariamento.

Os dilemas da inserção regional desses projetos de assentamento não se referem apenas à trajetória das famílias – um retrato das contradições dessa modernização agrícola - ou à participação no mercado que esses produtores assentados têm ou almejam ter. Desde a sua instalação, o conflito com forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente, pautando em muito a discussão sobre os projetos de desenvolvimento dessas experiências de reforma agrária – o que será visto adiante.

### **Nas terras do “boi gordo”**

Na região conhecida como Pontal do Paranapanema (extremo Oeste Paulista) a questão fundiária tem sido – ao longo de décadas – o ponto fulcral definidor das políticas públicas e ingrediente básico das tensões sociais envolvendo o estado e diferentes classes sociais. A região é, portanto, de importância ímpar quando se aborda a temática da reforma agrária no Estado de São Paulo. Com uma ocupação que data do final do século XIX, o Pontal do Paranapanema revela, em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país (Leite, 1999).

Centenas de ocupações, milhares de trabalhadores mobilizados e acampados, dezenas de ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente ocupadas: esse é o contexto sócio-político do Pontal do Paranapanema, hoje a região do Estado de São Paulo com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas. Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo, na primeira gestão do governador Mário Covas (1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias. Dada a importância da região do Pontal do Paranapanema com relação ao número de assentamentos (são 103 Projetos de Assentamentos já instalados, com aproximadamente 5,5 mil famílias assentadas), essa área do Estado tem mostrado uma dinâmica extremamente rica no que tange a essa questão.

Especificamente com relação ao município de Teodoro Sampaio, localizado no coração do Pontal, entre os rios Paraná e Paranapanema, a luta pela terra e a política de assentamentos datam de antes do período mais acentuado de iniciativa estatal (década de 1990, quando também ocorre a estruturação do MST na região), com a presença de acampamentos e “posses” em algumas glebas. Como protagonistas dessas lutas, registradas pelo menos desde os anos 1960 (Antonio, 1990), estão distintas categorias de trabalhadores: arrendatários, posseiros, bóias-frias e ex-barreiros, moradores nesta região do Estado ou no Norte do Paraná.

Um dos segmentos expropriados, talvez o primeiro, que se mobilizou na luta pela terra foi o dos arrendatários. A evolução da questão agrária na região sempre opôs supostos proprietários-fazendeiros e trabalhadores rurais arrendatários, dedicados especialmente à cotonicultura nos anos 1950-60. No entanto, sua situação na terra sempre foi instável, dada a própria natureza da relação de produção. A partir dos anos 1960, intensifica-se a implantação da pecuária de corte, *pari passu* à sistemática expulsão dos



arrendatários das terras então destinadas à criação de gado. Nos anos 1970 e 1980, tem-se notícias de casos de lutas pela permanência na terra, encetadas por arrendatários. Algumas dessas lutas chegaram à década de 1990, com acampamentos e ocupações na forma de posse, o que levou a que parte desses trabalhadores fossem beneficiados pela política de assentamentos realizada no período recente – inclusive no município de Teodoro Sampaio.<sup>4</sup>

O fim do ciclo algodoeiro, que se desenrola durante os anos 1970 e 80, gerou um contingente de bóias-frias desempregados, anos mais tarde mobilizados por um pedaço de chão nesta conflagrada região. No caso específico dos assentamentos próximos à Destilaria Alcídia, a pesquisa registrou, também, a presença de ex-trabalhadores rurais da própria empresa sucroalcooleira. Esta, de fato, experimentou dificuldades no final da década de 1980, devido às alterações na política oficial com relação à produção de álcool combustível. Alguns destes ex-trabalhadores da Alcídia, hoje assentados, se gabam, inclusive, das boas relações com a Destilaria – algo que tem favorecido práticas clientelistas que a usina desenvolve nesses P. A.s.

O terceiro mais importante contingente de sem-terras é o formado pelos ex-barrageiros. Nos anos 1980, tanto a conclusão quanto a drástica diminuição no ritmo das obras das barragens (como no caso da Usina Hidrelétrica “Sérgio Mota”, em Rosana, cuja conclusão se arrastou por décadas), gerou um grande desemprego junto aos operários não-qualificados que, a partir dos anos 1960, se deslocaram para a região em busca de trabalho nos canteiros de obras nas margens dos rios Paraná e Paranapanema. A mais evidente mobilização desse contingente levou a instalação do assentamento Gleba XV de Novembro, na primeira metade dos anos 1980 (Fernandes, 1996; Antonio, 1990), maior área de assentamento no Pontal do Paranapanema, localizada entre os municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista (vizinhos a Teodoro Sampaio).

## **O MODO DE VIDA DOS ASSENTAMENTOS E A “PARCERIA” COM AS AGROINDÚSTRIAS**

---

<sup>4</sup> Registra-se, também, que alguns dos atuais movimentos de luta pela terra na região têm como base o segmento dos arrendatários que se dedicam à pecuária – caso da Associação “Brasileiros Unidos Querendo Terra” (ABUQT), com forte atuação nos municípios de Presidente Venceslau e Presidente Epitácio.

Dados recentes da Fundação ITESP (**Quadro 1**) revelam que, em 2008, mais de 350 assentados em projetos da jurisdição do governo estadual, distribuídos pelas regiões Nordeste e extremo Oeste do Estado, têm contratos para fornecimento de cana a diferentes usinas.<sup>5</sup> Essa distribuição geográfica apresenta situações distintas na constituição das tramas sociais que suportam essa relação.

Indicadores do IEA/SEADE (2005) mostram que os municípios que detêm 70% de produção com cana no Estado de São Paulo têm, também, os mais baixos índices paulistas de responsabilidade social. Em outros termos, dados apologéticos da cana como vanguarda na produção de renda contrastam com outros (PNAD, 2004) que mostram um agravamento das condições sociais gerais nos municípios com predomínio da cana na sua área agrícola.

**Quadro 1** - Distribuição dos assentamentos geridos pelo ITESP que implantaram cana de açúcar para fornecimento a agroindústrias.<sup>6</sup>

Grupo Técnico de Campo	Agroindústria	Projeto de Assentamento	Nº de assentados
<b>Araraquara</b>	Usina Santa Luiza – Motuca Usina Maringá – Araraquara e Usina São Martinho – Pradópolis em processo de oficialização da parceria	Monte Alegre Bueno de Andrade Silvania Guarany	212 (total de contratos com a Usina Sta. Luiza)
<b>Teodoro Sampaio</b>	Destilaria Alcídia S/A	Santa Zélia Sta. T. da Alcídia Alcídia da Gata Sta. Cruz da Alcídia	18 6 4 3
<b>Rosana</b>	Destilaria Alcídia S/A	Gleba XV de Novembro	38
<b>Bebedouro</b>	Usina Andrade Açúcar e Álcool S/A	Ibitiúva	24
	Usina Viralcool S/A	Reage Brasil	46

**Fonte:** Fundação Itesp, 2008.

Diante desta expansão, cabe uma primeira reflexão: os assentamentos entraram nessa proposta de instalação/ampliação dos canaviais como atores coadjuvantes. Essa atividade é consequência inevitável do esvaziamento e da falta de continuidade das políticas públicas dirigidas a assentamentos? É efeito da política de cercamento utilizada

<sup>5</sup> Estão excluídos deste montante os assentados em projetos de responsabilidade do governo federal, como os citados P.A.s Bela Vista do Chibarro (Araraquara) e Água Sumida (Teodoro Sampaio).

<sup>6</sup> Neste artigo, não serão considerados para análise os assentamentos sob jurisdição dos Grupos Técnicos de Campo (Itesp) de Bebedouro e Rosana, assim como os P.A.s Santa Zélia e Santa Cruz da Alcídia (GTC de Teodoro Sampaio), cuja implantação da cana é mais recente.

pelas usinas? É uma estratégia de permanência na terra ou uma manifestação de desobediência face às diretrizes confusas dos órgãos gestores para a política de assentamentos? O quanto esta opção altera o modo de vida desses agricultores assentados?

Poderíamos associar a complexa transformação dos assentamentos rurais em celeiros de cana à possível falência das experiências de reforma agrária, já que a expansão de cana sugere a reprodução da monotonia da paisagem das monoculturas e das degradadas condições de trabalho a que são submetidos os cortadores de cana, movimento que se põe na contramão das perspectivas de autonomia sugeridas pelas políticas de assentamentos. Se tomarmos a relação dos assentamentos com o desenvolvimento pautada por tensões que se expressam no modo de vida e na maneira de inserção dos assentamentos nos contextos regionais, como interpretar a expansão da cana nesses espaços? Como ficam as contradições e possibilidades de um tipo de agricultura familiar frente aos constrangimentos estruturais das economias regionais e do entorno sócio-político? A progressiva presença da cana nos assentamentos seria demonstração do predomínio de ações de acomodação dos assentados face ao ideário de integração econômica aos sistemas produtivos regionais?

No caso da discussão ora travada, a trama de relações e tensões se constitui num campo específico, no qual estão em disputa tanto os possíveis distintos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais, quanto a hegemonia política no território local/microrregional, ela mesma bastante definidora dos referidos projetos de desenvolvimento. Questões ligadas à cana nos assentamentos interferem significativamente no presente / futuro dessas experiências.

Um olhar sobre a trajetória dessas experiências de assentamentos nos mostra a possível construção de um novo modo de vida, que envolve um conjunto de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva, até as relações com o poder local e com a agricultura regional (sendo que, no caso do Pontal, tais relações esboçam, inclusive, um projeto de desenvolvimento regional via assentamentos). Códigos tradicionais, racionalidades, o vai-e-vem de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo/reprodutivo, os rearranjos em busca da cooperação podem ser observados neste processo. Do mesmo modo, expressões de conflitos, de diferenças, muitas vezes atravessadas por mecanismos de poder, nos quais o clientelismo e expressões da cultura da dívida se fazem presentes também podem ser constatadas.

São essas tramas, alimentadas por uma assimetria de informações – sobretudo no caso da cana - que nos levam a reconceituar a “parceria”, diferenciando-a dos termos em que ela aparece na legislação específica (Estatuto da Terra, art. 96 e incisos). Como esclarecimento inicial, cabe-nos afirmar que a concepção de parcerias e de parceiros analisados na relação dos assentamentos com as agroindústrias produz uma situação bastante diversa da prevista pelo Estatuto da Terra (lei nº 4504/64) e seu regulamento (decreto nº 59566/66).<sup>7</sup> Esta diversidade na questão dos direitos e obrigações, na partilha dos riscos e de outras tantas questões deve ser analisada.

Na situação dos assentados que fornecem cana às usinas, o termo “parceria” aparece referido a uma portaria da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – Itesp (Portaria Itesp nº 75 de 24/10/2002, revogada pela Portaria nº 77 de 27/07/2004). Trata-se, portanto, de um termo utilizado pelos órgãos gestores para definir a política de desenvolvimento dos assentamentos rurais. Dentre os programas que poderiam proporcionar o desenvolvimento sustentável das comunidades assentadas, aparece a referência à formação de “parcerias negociais” (grifo nosso) visando alocar recursos e dinamizar o processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento, objetivando sua autonomia, sustentabilidade, maior participação na economia dos municípios e suprimento de matéria prima para as agroindústrias”.

Estas expectativas vão se confrontar com a situação concreta da parceria com os assentados, expressão institucional de um contrato, no qual são detectadas relações assimétricas de poder. São as desigualdades constitutivas desta relação responsáveis pela controversa integração dos assentados às parcerias com as usinas de açúcar e álcool. Estamos bem longe, também, da situação clássica de “parceria”, descrita por Antonio Candido (1987). *N’Os parceiros do Rio Bonito* encontramos o que poderíamos chamar de uma forma de arrendamento em espécie, unindo proprietários e parceiros num universo social no qual as distâncias sociais e as distorções na gestão do negócio são pequenas. Nos assentamentos, está em questão uma forma de arrendamento totalmente mercantil, que se tenta disfarçar de variadas maneiras, às vezes com algum regramento oficial na transação (no caso dos canaviais implantados segundo Portaria do Itesp). Além disso, inverte-se a relação: no estudo clássico, os fazendeiros cediam parte de suas terras

---

<sup>7</sup> Anteriormente, o Código Civil de 1916, especificamente nas modalidades agrícola e pecuária, fazia referência à parceria rural, deixando de fazê-lo somente em 2002, com a promulgação do novo código civil.

para lavradores, mediante recebimento de parte da colheita; na atualidade, os assentados é que cedem parcela de seus lotes para que as usinas plantem a cana.

Espreitando efetivamente uma desigualdade de condições, a parceria tem se desconfigurado pelas práticas adotadas. Nessa reconstrução sociológica, a “*parceria*” com as agroindústrias, nos termos em que ela vem se concretizando, exige a sua desconexão da matriz conceitual de “capital social”, que tem, como princípio, parcerias sociais embasadas em valores como “*solidariedade*”, “*reciprocidade*”, “*cooperação*” e “*confiança*” (Putnam, 2000). As sucessivas quebras e burlas de pactos rompem com a confiança que deveria, em princípio, embasar a parceria – redundando em mudanças significativas nos termos previstos nos contratos. Mudanças que implicam, muitas vezes, em restrições concretas à conquista de autonomia.

## **A PARCERIA NO CENÁRIO DOS ASSENTAMENTOS**

### **O vai e vem da entrada da cana nos assentamentos rurais na região de Araraquara**

Há mais de quinze anos, a proposta de um “consórcio” para produção de cana agroindustrial no assentamento Monte Alegre, envolveu a Prefeitura de Motuca, uma usina localizada no município e órgãos do Estado, gerando desdobramentos e divisores de águas, pondo em discussão o modo de vida constituído nos assentamentos, a perspectiva da agroindústria conviver com espaços diversificados de produção/reprodução social e, especialmente, o significado da cana como possível estratégia de permanência na terra. A trajetória produtiva dos agricultores assentados nessa região oscilou, desde meados da década de 1980, entre a produção de grãos nos anos iniciais, uma busca por diversificação agrícola que vai da fruticultura a algumas experiências isoladas de produção orgânica, chegando a esta mal resolvida (política e juridicamente) integração ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro.

A polêmica adesão dos assentados ao cultivo agroindustrial da cana-de-açúcar acaba por ser o mais evidente e, ao mesmo tempo, contraditório exemplo do jogo de resistências e acomodações que permeia a trajetória dos assentamentos. O “consórcio” – antecedente da parceria – anunciado como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais baseava-se, na verdade, no atributo de ser o bóia-fria incapaz de “tocar a terra”. A omissão do Estado não era discutida. A plantação de cana, à semelhança de um arrendamento, permitiria, sob os

termos então anunciados, um aumento do poder aquisitivo do assentado. Dos 16 hectares de terra de cada assentado, 12 seriam utilizados para plantação de cana-de-açúcar. Nos quatro hectares remanescentes, o assentado poderia plantar o que quisesse, dependendo de sua livre decisão. A usina acrescentava a isso, uma série de benefícios – como a contratação de um membro da família assentada, ração para gado e leite de soja.

O exame das peças constitutivas desta proposta de consórcio nos põe diante de um quadro no qual a liberdade e autonomia dos agricultores são desfeitas, sendo recriada uma típica forma de dependência frente à Usina. Poderes e controles a esquadrihar o novo espaço social, reenquadrando-o nas marcas do “trabalho cativo”.

Em meados de 1995, a usina reaparece nos núcleos da Fazenda Monte Alegre com uma proposta de consórcio modificada, estipulando 50% da área dos lotes para o plantio de cana-de-açúcar, sendo retirados todos os benefícios diretos e indiretos presentes no modelo anterior. A contraproposta formulada pelo Sindicato dos Empregados Rurais (mediador dos assentados), que previa a cooperativização para a produção da cana, frustrou-se pelas próprias dificuldades associativas e pela resistência à adaptação a modelos coletivos forjados por outros para suas vidas.

Desde então, a pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria prima para as agroindústrias, nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constituiu, nos últimos anos, em uma sombra a nublar a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

Após anos de debates e polêmica, o ITESP, através de portaria (75 de 24/10/2002, modificado pela 77 de 2004), estabeleceu parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Justificou a portaria que acabou por consentir, sob regras, o plantio da cana, como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios.

Foi mantido o limite de 50% da área total nos lotes com área até 15 ha, nos lotes com área superior a 15 ha, estipulou-se até 30% da área total. A determinação de que a exploração deveria ser feita de forma individual, associativa ou coletiva, ficando proibida outra modalidade de exploração que não permitisse a participação direta dos beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção. Tais

determinações contrastam com o que passou a ocorrer. O Itesp, de fato, nunca controlou tais limites. Há manifestações de resistência, agravadas no caso das queimadas que passam a entrar, sem pedir licença, nas casas e nos lotes dos assentados.

O movimento sindical, em princípio afastado desta disputa, voltou a entrar em cena, estimulando audiências públicas e manifestações de resistência por parte dos assentados. Apesar das afirmações de que prefeitura e órgãos técnicos têm todos os critérios para evitar que os assentamentos sejam arrendados ou danifiquem o ambiente, a realidade começou a mostrar outras facetas, que explodiram principalmente nas questões das queimadas e da quebra da autonomia, prevista em princípio, no acordo sobre o plantio da cana.

No outro espaço estudado em Araraquara, no assentamento Bela Vista do Chibarro, sob jurisdição do INCRA, há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras desde o início dos anos 2000. O INCRA manteve-se, em tese, contrário ao plantio de cana, embora sua omissão fosse patente durante anos a fio. A polêmica com relação à cana foi um dos vetores de articulação de um novo grupo, formalizado na Associação “*Independente*”, uma interessante entidade através da qual os assentados pró-cana se mobilizaram no espaço político interno do assentamento (inclusive ganhando postos de coordenação do mesmo) e se fizeram representar externamente. Esses agricultores, frustrados pela crise do cultivo de grãos (a mesma que assolou a Monte Alegre alguns anos após sua instalação), foram atraídos pela possibilidade de explorar o cultivo da cana-de-açúcar, numa espécie de arrendamento via Associação. Sem controle oficial, vivenciando o descompasso entre INCRA (planejador e implantador do PA) e ITESP (gestor da assistência técnica no PA), a implantação da cultura da cana-de-açúcar em larga escala no PA Bela Vista terá lugar nos anos 2000/2001, quase sempre mediante a atuação da Associação *Independente*.

O INCRA tem procurado, nos últimos anos, retomar seu papel gestor de fato. Isto se expressou concretamente na instalação de um escritório do órgão em Araraquara (em 2005), que acabou por solicitar a reintegração de posse nos lotes irregulares ou totalmente arrendados às usinas. Esta situação tem acirrado os conflitos e parece se sobrepor a qualquer perspectiva de cooperação. A posição do INCRA tem sido, atualmente, frontalmente contrária ao plantio de cana. Iniciativas, ainda que tímidas, de outras alternativas de produção/reprodução social têm sido propostas pelo INCRA, que tem buscado, na parceria com o movimento sindical e com a Prefeitura Municipal de

Araraquara, construir outro caminho para o assentamento Bela Vista do Chibarro. Construção que tem enfrentado conflitos e cisões.

Após um conflituoso despejo judicial, ocorrido recentemente (dezembro/2007), busca-se orquestrar um movimento de abandono das parcerias não legais com as usinas neste assentamento. Assim, em meados de 2008, cinquenta assentados da Bela Vista solicitaram a ruptura de contrato com a Usina Zanin (principal compradora/plantadora de cana no assentamento), com a erradicação da cana-de-açúcar existente em seus lotes. Organizados pelo Sindicato dos Empregados Rurais e apoiados pelo INCRA esses assentados estão negociando, atualmente, os termos dessa rescisão contratual.

O movimento que vem sendo observado de rompimento das parcerias pode ser visto, por um ângulo, como uma tentativa de reapropriação do espaço dos assentamentos pelos assentados. Pode ser, por outro lado, uma reação acomodatória, provocada pelo receio de sofrerem ações de reintegração de posse por parte do órgão gestor, semelhantes às sofridas por um grupo de famílias em dezembro de 2007. O futuro dessa iniciativa ainda é incerto, posto que bastante recente. No entanto, o movimento parece caminhar aceleradamente com a aparente concordância das usinas – situação que, como reiteramos, merece ser avaliada cuidadosamente.

A polêmica da cana neste assentamento pode ser vista como um exemplo paradoxal da resistência dos assentados frente às imposições estatais e dos mediadores externos, mesmo que tenha significado – simultaneamente – um movimento de acomodação dessa população em relação às forças econômicas regionais.

### **Nas terras de Teodoro Sampaio, a cana pede passagem**

A primeira iniciativa de produção de cana para fornecimento agroindustrial nos assentamentos do Pontal do Paranapanema teve início em 1993, no assentamento Água Sumida em Teodoro Sampaio. Apesar de constar, em relatório oficial da época, que se tratava de um projeto-piloto para apenas 11 produtores (9% de 121 assentados), este mesmo documento dá conta que “27 beneficiários teriam interesse em implantar a cana”.<sup>8</sup> A mobilização, puramente institucional, em torno desta questão resultou em uma permissão oficial para o grupo de 11 e uma outra, oficiosa, para todos os demais

---

<sup>8</sup> Cf. “Sobre a proposta da Destilaria Alcídia a respeito da implantação a cultura da cana nos assentamentos do Pontal do Paranapanema”. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania/Instituto de Terras/Departamento de Assentamento Fundiário, São Paulo, s.d. (p. 02).



interessados. Registra-se que os documentos do INCRA, do ITESP e da Unesp – que emitiu um parecer técnico, a pedido do ITESP, em 1995 – foram todos inconclusivos, no geral assumindo uma postura ambígua entre a condenação à produção para a agroindústria sucroalcooleira e o reconhecimento da expectativa de segurança econômica dos assentados envolvidos.

Como agente privilegiado nesse processo, encontra-se a Destilaria Alcídia, também localizada em Teodoro Sampaio. Além de promotora do projeto “especial” no P.A. Água Sumida, a Alcídia continuará sendo, ao longo de anos a fio, a principal empresa processadora da cana fornecida pelos assentados da região. Uma análise da documentação produzida na década de 1990 já revela que, além da utilização das terras, a usina também foi beneficiada, indiretamente, com os recursos financeiros dirigidos aos assentados (créditos subsidiados, específicos para a agricultura familiar). Nos anos 2000, a Alcídia estará novamente envolvida em projetos com assentados, sempre contando com o financiamento do PRONAF.

Enquanto na região de Araraquara a tentativa de implantação da cana com destinação agroindustrial sempre foi envolvida em forte polêmica, tendo o movimento sindical rural como antagonista das diferentes propostas para que assentados destinem suas terras à cana, no Pontal, o principal núcleo articulador político dos assentados (o MST) não detinha forte presença nos assentamentos nos quais a Destilaria Alcídia buscou plantar cana e pouco fez, concretamente, para confrontar essa ação. Essa falta de contra-pressão política explica, ao menos em parte, a facilidade com que a empresa atuou junto aos assentados e técnicos oficiais. No caso do Água Sumida, o MST sequer havia se organizado na região quando da implantação do assentamento (final dos anos 1980). Distantes geograficamente – e politicamente – da movimentação em Araraquara, os assentados do P.A. Água Sumida tiveram condições de experimentar uma “parceria” fácil com o setor sucroalcooleiro.

Além das facilidades institucionais e políticas, muitos foram favorecidos pelo fato de que este assentamento conta com lotes de três diferentes dimensões, variando entre 16,8 e 36 hectares. Segundo Botasim (2002), a possibilidade de exploração mista (cana e pecuária leiteira) nos lotes médios e grandes, teria sido um fator importante para o incremento econômico das famílias assentadas. No entanto, Ramos (2005), que também estudou o caso da cana no Água Sumida, constata que a renda dos que plantaram cana em “parceria” com a Alcídia variou em função da qualidade do solo - algo também citado

por Botasim (2002) – mas, principalmente, pela maior ou menor dedicação (por parte dos próprios assentados) nos tratos culturais, principalmente na não aplicação das quantidades recomendadas de adubo, fator limitante da produtividade nos últimos cortes.

A partir de um declínio na renda obtida na cana entre 1999 e 2000, os assentados deste P. A. foram levados a não renovar os plantios. Esta experiência de integração ao complexo agroindustrial da cana foi encerrada por volta de 2002. Ramos (2005), que entrevistou os assentados que plantaram cana, cita que estes não rechaçam totalmente a experiência, considerando que ela foi financeiramente vantajosa por algum tempo e que, se fossem repetir essa cultura, buscariam maior controle no contrato e nos mecanismos de avaliação da cana colhida.

Se o cultivo da cana agroindustrial acabou no PA Água Sumida, a trajetória dessa cultura nos assentamentos da região, sempre patrocinada pela já conhecida Destilaria Alcídia, continuou nos anos subseqüentes. Mais recentemente, assentados dos PAs Santa Terezinha da Alcídia e Alcídia da Gata, vizinhos da área industrial da Alcídia, implantaram a cultura da cana para fornecimento a essa usina. Desta feita, se a empresa processadora é a mesma, as condições de fornecimento da polêmica planta variam.

Em primeiro lugar, se os canaviais do assentamento Água Sumida foram permitidos, no mais, officiosamente pelo INCRA (o assentamento é de responsabilidade federal), no caso dos dois mais recentes assentamentos que plantaram cana, essa nova cultura foi implantada mediante uma portaria oficial da Fundação ITESP (a mesma Portaria 75/2002, que regulamenta a exploração sucroalcooleira nos assentamentos de Motuca e Araraquara), que busca – ao menos em tese – “*estabelecer normas para o plantio de culturas destinadas à venda para agroindústrias*” nos projetos de assentamentos estaduais. A partir dos critérios estipulados pela Portaria 075/2002, os P.A.s Alcídia da Gata e Santa Terezinha da Alcídia, com 18 e 26 lotes de 20 ha. respectivamente, entraram nesse circuito.

A luta pela terra nessa área, encetada por ex-arrendatários e bóias-frias (inclusive ex-funcionários da “Alcídia) teve origem no início dos anos 1990, tendo sido encampada pelo Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST)<sup>9</sup> anos mais tarde. Depois do assentamento do primeiro grupo na fazenda Alcídia da Gata, um segundo grupo, do

---

<sup>9</sup> Sobre a origem e a ação do MAST, cf. LIMA, E. C. Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidências e dinâmica territorial (Dissertação de Mestrado em Geografia). Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2006.

mesmo acampamento, foi assentado na fazenda Santa Terezinha da Alcídia, que estava arrendada para a Destilaria Alcídia para cultivo de cana.

Assim como no caso do PA Água Limpa, não houve uma maior discussão, nem pressões por parte de alguma organização de trabalhadores, sobre os impactos ou o sentido dessa “parceria” da cana. Novamente, observa-se que os assentamentos que aderiram a contratos para cultivo de cana-de-açúcar não estão na órbita do MST, principal pólo político dos trabalhadores sem-terra e assentados na região. Além disso, a proximidade geográfica da usina (maior ainda que o PA Água Limpa), só fortalece o poder de influência da empresa. No caso do PA Santa Terezinha da Alcídia, no entanto, o fato da área estar arrendada pela Alcídia serviu, também, para uma “negociação” entre a empresa, os trabalhadores e o ITESP, desde a implantação do PA.<sup>10</sup>

A formalização da parceria com a usina para plantio de cana nestes assentamentos foi totalmente mediada pelo ITESP, em tese, seguindo as recomendações da portaria oficial. Isso se comprova pela área dos lotes destinada para a cana, que seguiu à risca a determinação de 30% da área total dos lotes, quando estes forem de dimensão superior a 15 hectares. No entanto, novamente verifica-se, desta feita através da documentação recolhida na pesquisa de campo<sup>11</sup>, que a implantação da cultura da cana para fornecimento à Destilaria Alcídia, tanto no PA “Alcídia da Gata”, quanto no “Santa Terezinha da Alcídia”, foi totalmente financiada pelo Pronaf. Além de aproveitar-se de uma brecha de interpretação na Portaria 075 do ITESP - que afirma, no parágrafo 5º do seu artigo segundo que *“as áreas dos lotes comprometidas com projetos agropecuários financiados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural ou com programas oficiais de fomento, não poderão ter implantadas culturas para fins de processamento industrial”* – esse financiamento contraria o “espírito da lei”, ao menos a partir do que foi declarado à pesquisa por um dos redatores da portaria, para quem *“ela foi feita para que as usinas não se aproveitem do financiamento subsidiado dos assentados”*, algo que julgava um “abuso”.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Cf. Leal (2003), a Destilaria Alcídia teria garantido benfeitorias (roda d’água, estradas, materiais de construção) aos assentados, quando da implantação do PA..

<sup>11</sup> Agradecemos especialmente a Antonio Carlos Ferreira Júnior, cuja pesquisa de Iniciação Científica realizada nos anos de 2005-2006, forneceu dados para esta discussão.

<sup>12</sup> Declaração feita em 2004 por um ex-diretor do ITESP, hoje funcionário do INCRA.

Se toda negociação entre assentados e usina foi mediada pelo ITESP, que inclusive produziu o contrato e o projeto técnico, os assentados denunciam que a prometida presença fiscalizadora do ITESP sobre a execução da “parceria” está aquém do devido. “*Colocaram a cana e sumiram*”, disse um dos assentados que aderiram à parceria. Outro, sobre a possibilidade de renovação do contrato, para um outro período de cultivo da cana afirmou: “*Cana? Só pra usina roubar. E o ITESP rouba junto com a usina*”. Embora não confirmado, também foi ventilada a denúncia de que os técnicos do ITESP do escritório de Teodoro Sampaio (autores dos projetos técnicos para a parceria) estariam prestando serviço para a Destilaria Alcídia através de uma empresa particular de assessoria técnica.

Para além desse verdadeiro imbróglio administrativo, o resultado financeiro da execução dos projetos de cultivo da cana-de-açúcar para fornecimento à Destilaria Alcídia teve, como no caso dos contratos firmados no P.A. Monte Alegre (região de Araraquara), uma visível disparidade entre a renda prevista e a realizada. No assentamento Alcídia da Gata, 13 dos 18 assentados aderiram ao “consórcio” com a usina e tiveram resultados aquém do previsto no projeto financeiro apresentado ao Banco do Brasil para tomada de crédito: “*foi tudo para o banco*”, disse um dos produtores.

No caso do P.A. Santa Terezinha, que tem lotes distando até menos de 500 metros da área industrial da Destilaria, 24 dos 26 assentados plantaram cana. A maioria deles também teve dificuldade em saldar o financiamento do Pronaf, tomado para plantar a cana. Os resultados diversos, segundo levantamento realizado por Ferreira Júnior (2007), apresentam apenas dois assentados auferindo renda líquida dentro do previsto. A expectativa dos assentados estava – ainda segundo o autor acima citado – na renda a ser recebida no último ano do contrato, quando não haveria desconto do financiamento. No entanto, boa parte dos assentados apenas cobriria os prejuízos dos anos anteriores, nos quais a renda paga pela Destilaria, muitas vezes, mal cobriu os compromissos dos assentados com o banco.

Se não foi registrada uma mobilização política que, ao contestar essas parcerias, estivesse criando mecanismos concretos de acompanhamento e negociação permanente nos termos não explícitos no contrato - como a assistência e fiscalização do ITESP, ou o

controle do cálculo do ATR<sup>13</sup> - estranha-se, numa possível avaliação, que, em nenhum momento, foi questionada a utilização de recursos do PRONAF para o cultivo agroindustrial da cana nesses assentamentos. Esta “parceria” possibilitou que a empresa processadora de cana implantasse a cana nessas áreas a “custo zero”, pois todas as operações realizadas pela usina foram pagas pelos assentados com o financiamento.

Essa paradoxal condição – ainda mais flagrante porque contextualizada na região onde mais os trabalhadores sem-terra se mobilizam – só tende a se agravar, na medida em que o grupo Odebrech (atual dono da Destilaria Alcídia) está instalando mais uma destilaria na região. Essa nova planta industrial localiza-se no município de Mirante do Paranapanema e, inclusive, já teve sua área ocupada pelo MST – numa jornada realizada em junho/2008. No entanto, o aumento da área plantada de cana na região é patente e a nova unidade da Odebrech – chamada “Usina Conquista do Pontal” – será uma nova e incômoda vizinha para outros assentamentos.

### **O circuito de paradoxos das parcerias: riscos do arrendamentos e recriação de laços clientelistas**

O que tem significado, efetivamente, os contratos feitos pelos assentados em parceria com empresas ou agroindústrias? Existem diferenças marcantes entre as diversas parcerias com o setor privado. Não é incomum, embora de difícil avaliação quantitativa, que assentados negociem parcela de seus lotes para cultivos agroindustriais voltados para a produção de alimentos, sendo o caso da mandioca o mais recorrente. A utilização maior ou menor da mão-de-obra familiar dá a tônica nesta diferenciação. Mesmo nas “parcerias” com as usinas, estão previstas – a partir das Portarias do Itesp – a utilização da força de trabalho do assentado em determinadas tarefas do ciclo produtivo. As variações nos mercados específicos de cada produto também são importantes fontes de análise, pois mesmo com contratos assinados, as oscilações dos preços no momento das vendas dão grandes diferenciais na hora de receber pelos produtos. Isto pôde ser constatado nas duas regiões objeto de análise.

No caso da cana-de-açúcar agroindustrial encontramos o exemplo mais complexo de parcerias entre assentados e setor privado. As usinas têm um longo histórico de

---

<sup>13</sup> “Açúcar Total Recuperável” (ATR), índice computado para cada partida de cana, no momento do corte, sobre o qual calcula-se o valor a ser pago pela tonelada de matéria-prima colhida

assédio aos pequenos produtores assentados para o plantio nos lotes, conforme expresso na produção acadêmica voltada a esta temática (Stetter, 2000; Baú, 2002; Ferreira Júnior, 2007).

Verificamos outros impactos e conseqüências da atuação do setor canavieiro, principalmente no que se refere às questões ambientais e sociais afetadas pelo processo produtivo de álcool e açúcar. Dentro da parceria com os assentados, plantar a cana implica em problemas, como a fragmentação interna nos assentamentos entre os que plantam ou não, incluindo-se brigas e violência física. Além de trazer um forte risco de arrendamento da terra, inúmeros problemas relacionados às queimadas e aos demais métodos produtivos têm afetado diretamente a população assentada em seu espaço de moradia e de trabalho.

A diferença de posição que os órgãos gestores (Incrá e Itesp) adotaram aprofunda as contradições e ambigüidades dessa realidade. Tais diferenças entre as posições dos órgãos têm demarcado o campo político no contexto da gestão dos projetos de assentamentos no Estado de São Paulo, com acusações mútuas de omissão frente ao dilema do desenvolvimento econômico e social desses territórios. Nossa prioridade de análise, no entanto, é a discussão das controvérsias e das armadilhas, muitas vezes dissimuladas, que se apresentam nas sedutoras parcerias propostas pelas usinas aos assentamentos rurais.

Com a publicação da Portaria que permite o plantio de cana por parte do Itesp, ocorreu uma explosão de contratos para o plantio de cana agroindustrial no assentamento Monte Alegre. Desde então, o número de assentados que tem aderido à parceria vem aumentando rapidamente. Os serviços de formação do canavial são disponibilizados apenas na primeira safra (de 18 meses) e descontados em tonelagem, 50% na primeira colheita, 30% na segunda e 20% na terceira, embora nessas duas últimas e demais safras, os assentados já não puderam contar com esses serviços feitos pela usina. Eles tiveram que financiar os custos da produção com o dinheiro ganho nas safras anteriores sem o apoio que receberam da usina na primeira, a chamada “produção facilitada”.

Apenas o trato e o corte seriam responsabilidades das famílias. O corte, na verdade, seria feito por mutirões, de forma que cada assentado participaria no corte dos demais. No entanto, não houve organização para isso e o que ocorreu foi a terceirização da mão-de-obra por turmas da usina. Este é um dos fatos, denunciados pelo grupo contrário à cana, que caracterizariam a “parceria” como arrendamento: em muitos lotes

não há trabalho familiar nos canaviais. Mesmo o trato diário foi feito muitas vezes por terceiros, ou seja, o financiamento, a preparação da terra, o plantio, a colheita, o transporte e a pesagem ficaram a cargo da usina.

Vimos então, antes mesmo da primeira colheita, que os assentados ficam a mercê do que a usina quer fazer nos lotes. As desconfianças de alguns assentados com essa parceria foram se manifestando, especialmente em vista dos gastos com insumos, adubos e pagamento de mão-de-obra.

Ao contrário do que falavam os técnicos da usina e do Itesp e mesmo alguns assentados empolgados com a cana, a renda conquistada fica, em muitos dos casos, abaixo do esperado. Além disso, os assentados ficam com metade da área de seus lotes presa num contrato de cinco anos – tempo superior ao previsto no Estatuto da Terra – inutilizada para outras culturas se quiserem abandonar a cana. Tal perda de liberdade sobre suas terras já é traduzida hoje pela intenção ou até processos judiciais para anularem o contrato e saírem da parceria, processo complexos, de resultados não imediatos.

Há outros elementos a considerar nesta trama, entre eles, a relação de compadrio que alguns assentados têm com usineiros, o que por vezes os beneficia na hora de “pegar o cheque”. Durante uma mesma safra, o lucro de assentados que plantaram no mesmo período, no mesmo volume de área, varia muito. Existem assentados que parecem ser um tipo de representante da usina dentro do assentamento: eles controlam as turmas de trabalho que plantam e colhem a cana, as horas de máquinas na preparação da terra. Geralmente alguns deles têm uma antiga relação de trabalho com a usina ou até são funcionários dela.

Depoimentos de alguns assentados indicam sua desconfiança diante do fato destes terem conseguido alta renda com a cana, enquanto alguns outros estão em endividamento progressivo. Falou-se, ainda, que para os assentados do segundo caso, técnicos do Itesp sugeriram que pegassem financiamento do Pronaf para custear a continuação do plantio de cana, o que vem na contramão do princípio deste crédito.

Em Teodoro Sampaio, a experiência que atualmente está em curso (assentamentos Santa Terezinha da Alcídia e Alcídia da Gata) revela uma situação mais preocupante com relação à utilização dos créditos do Pronaf. Lá, conforme descrito acima, toda a implantação e custeio dos tratos culturais se faz com recursos públicos da agricultura familiar. No entanto, verifica-se, também, a recriação de laços de

clientelismo, sobretudo no bom relacionamento que os assentados têm com o setor de assistência social da usina.

Esse bom relacionamento – que, no entanto, comporta também uma crítica à exploração imposta pela usina – viabiliza a manutenção da cultura canavieira e recria uma integração sistêmica, conforme estudado em outros contextos envolvendo pequenos fornecedores de cana (Neves, 1981). Quando a autora estuda o caso dos lavradores da cana no Norte Fluminense, revela que a assistência social – na época regulamentada por norma do extinto IAA – era garantidora da reprodução do sistema de produção da cana, mesmo que essa se mostrasse pouco significativa do ponto de vista financeiro.

O sistema de controles sociais, como um instituto de poder, não deixa de garantir a acumulação capitalista para a agroindústria, muitas vezes beneficiada indireta e indevidamente com o crédito oficial. Favorece também os mediadores no interior do assentamento – aqueles assentados que se põem como agentes das negociações ou de determinadas tarefas no ciclo produtivo. Para além do estritamente econômico, essa configuração que surge, mesmo que em estágio embrionário, também nos remete ao estudo de Neves (1981). No caso do Assentamento Bela Vista do Chibarro, no qual a introdução da cana se deu de forma não controlada oficialmente, esse “sistema” interno garantiu, a um pequeno número de assentados, uma condição de destaque junto aos companheiros. Assim é que o primeiro presidente da Associação Independente foi lançado como candidato a vereador nas eleições municipais de Araraquara no ano 2000. Figura forte e polêmica no assentamento, seu nome é recorrentemente associado a práticas agressivas. Pesa sobre ele, também, a denúncia de que, no período em que foi presidente da associação, recebia remuneração da entidade (algo em torno de um salário mínimo da época).

Menos exposto, outro assentado também beneficiou-se economicamente com a cana, não apenas como produtor direto. Como um caso bastante paradoxal, esse assentado, cujos parentes assentados sempre se manifestaram contrários à cana, especializou-se no oferecimento de serviços de motomecanização para o cultivo da cana. Assim, teve oportunidade de comprar vários tratores, constituindo-se num serviço terceirizado da usina para preparo do solo no assentamento. As denúncias que recaem sobre esse assentado dão conta de que ele não apenas prestava serviços de trator, mas arrendava terras de outros assentados para aumentar sua produção de cana. Ambos os líderes do grupo pró-cana foram despejados recentemente, na já citada ação de



reintegração de posse movida pelo Incra. Os laços sociais, no entanto, têm garantido a eles a manutenção de suas casas no assentamento e certa força na contestação dessa decisão judicial.

Em Teodoro Sampaio, a hegemonia da Destilaria Alcídia sobre o território que a circunda (onde estão instalados os dois assentamentos) é patente. Isso pode ser comprovado pelo fato de que a escola que atende aos filhos dos assentados é a escola da Destilaria, bem como o atendimento de saúde dos moradores dos arredores também ser dispensado pelo Posto Médico da Destilaria. Mais recentemente, corre a informação que a Destilaria Alcídia – hoje de propriedade do grupo Odebrech – encabeça um movimento no município para a criação do “Distrito da Alcídia”.

Nas parcerias, a assimetria de informações, é de fato, constatada, no que diz respeito ao controle da produtividade e da renda auferida com a cana. Apesar disso, há expressões de acomodação. Nesse sentido, constata-se que, nas duas regiões estudadas, a avaliação que os assentados fazem de suas experiências na cana aponta para pontos positivos e negativos. Mesmo na situação de não plantar mais cana, é comum ouvir-se opiniões de que “*se houvesse mais fiscalização do Itesp (em tese, para controlar se os termos dos contratos estão sendo respeitados pelas usinas), a cana seria melhor*”.

A parceria, em si, se reveste de roupagens enganosas. Os assentados que têm, em princípio, condições novas de reprodução social na terra, retornam - via condição de “parceiros associados” - à situação de subordinação vivida anteriormente no passado, enquanto ex-bóias-frias explorados pelo trabalho nas usinas.

A cana pode significar um bom dinheiro recebido anualmente, enquanto na outra metade do lote se consegue a manutenção da agricultura familiar, a diversificação agrícola que os provêm de alimento e de renda através da venda do excedente, situação que não pode ser generalizada. Há exemplos, mesmo que restritos, de assentados que produzem hortaliças e legumes e têm estruturas de horta no lote que lhes garantem o autoconsumo e renda através da venda direta e da participação em programas municipais. O dinheiro advindo da horta garante a renda do dia-a-dia, enquanto o da cana garante uma renda anual para investimento na horta e demais atividades do lote.

Como dito anteriormente, as variações demográficas da família, a mão-de-obra disponível e a capacidade de investir em insumos são fatores que variam de um lote para outro. Os que compram insumos e os aplicam, fazem a carpa, cuidam da cana em seu lote não podem ser colocados como arrendatários, pois mesmo com todas as características da

parceria eles têm trabalho no canavial e fazem um balanço de investimentos e esforços necessários. Por outro lado, existem muitos lotes que são totalmente arrendados, seja pela composição familiar carente de braços ou em função da pluriatividade, sobretudo através do assalariamento fora do assentamento.

Tal situação tem desdobramentos no campo dos direitos trabalhistas e previdenciários. Depoimentos de assentados que recebiam auxílio doença e que passaram a ter sustados tais direitos revelam que o Sindicato de Empregados Rurais de Araraquara passou a dificultar o fornecimento de declarações da atividade, exigida para recebimento do benefício junto à previdência social.

### **Repensando problemas: o que desponta no horizonte?**

Os impactos da expansão da cana não podem ser analisados como um movimento de mão única, como impulsionadores da dinâmica regional ou como geradores únicos de renda à população assentada. A partir do controle do espaço pelos usineiros, a gestão que os assentados puderam imprimir ao território dos assentamentos, nos aspectos de sua mobilização e participação econômica ficou, em princípio, prejudicada.

Nos contratos firmados com as agroindústrias há uma assimetria de informações. Os assentados desconhecem as fórmulas de previsão da safra, de preço da cana – as quais são de domínio de agentes contratados pelos usineiros – o que os leva a ficar, de fato, de fora do processo. Os assentados não conseguem saber o valor real de sua produção, o que foi gasto, a quantidade e qualidade dos insumos, a pesagem da cana e, muito menos, como esta produção entra no circuito nacional e internacional de expansão da cana. Tais incertezas estão presentes nas falas dos assentados das duas regiões. Há cláusulas nos contratos que impedem os assentados de qualquer resistência legal aos usineiros, o que cristaliza, efetivamente, uma relação de assimetria.

Neste quadro, é complicado dizer simplesmente que, ao garantir uma determinada renda, a cana passa a ser responsável pela “eficiência” dos assentamentos ou pela ampliação da renda agrícola e da dinâmica econômica dos municípios. Mesmo porque os assentamentos não podem ser unicamente dimensionados por indicadores de eficiência econômica ou pelas ambigüidades de se avaliar tais experiências pela renda monetária. No acompanhamento dessa difícil travessia em direção à inclusão social e à cidadania, outras questões se apresentam na experiência da reforma agrária.

Na vivência desta experiência, ao aceitar a parceria da cana, os assentados passaram a enfrentar outros problemas e os riscos de se verem, de fato, em situação “cativa”. É preciso igualmente que se diga que não tem havido no campo das políticas públicas dirigidas a assentamentos, reais oportunidades e/ou alternativas que se contraponham à expansão da cana, com poucas exceções. A própria perspectiva de revitalização da diversificação agrícola acaba sendo afetada, embora não se possa dizer que a mesma saiu de cena, podendo, em princípio, garantir estratégias de permanência na terra, com maior liberdade de decisão familiar.

Dados observados na produção das famílias têm revelado expressões dessa diversidade (criação de capivaras e agroindustrialização de buchas de banho no Pontal, casos do frango e mandioca na região de Araraquara). Neste caso, as práticas agrícolas mantêm elos com os conhecimentos tradicionais, os quais são “dispensados” na cultura canavieira.

Nos casos em que os assentados ficam endividados por conta de um contrato, representantes dos órgãos gestores chegam a indicar o financiamento do Pronaf para a continuidade da produção e para que consigam cumprir o contrato. Conseqüentemente, há uma transferência de renda de financiamentos que serviriam, em princípio, para apoiar a agricultura familiar, mas ficam nas mãos das agroindústrias.

Há assentamentos vizinhos às usinas que chegam a fornecer cana mediante projetos do Pronaf (caso do Pontal), financiando todo processo produtivo da cana, o que aguça as contradições dessa trama de tensões. Ali, é impossível não se considerar criticamente algo que pode ser visto como uma tomada indireta, pela Destilaria Alcídia, de crédito subsidiado para a agricultura familiar. Enquanto a empresa tem todas as suas operações nos assentamentos pagas pelo financiamento, ao assentado resta saldar as dívidas contraídas junto ao banco.

Há outras situações a considerar. Na região de Araraquara, como uma forma de contemplar os assentamentos na agenda municipal, existem programas (da Prefeitura, eventualmente em parcerias com outras esferas do governo) que absorvem parte da produção existente. São ações voltadas para a venda direta dos produtores aos consumidores da cidade (Programas de Feira do Produtor, Direto do Campo) ou para integrar essas produções em projetos de âmbito local, como merenda escolar, restaurantes populares e instituições assistencialistas. Tais iniciativas devem ser investigadas como um embrião de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais.

A expansão da cana provoca certo fascínio, favorecendo, sob um ângulo, a falsa impressão de segurança dos assentados sobre suas próprias vidas. Expectativas pragmáticas que não necessariamente se sustentam ao longo dos contratos de 5 anos. Situação a mostrar a expansão da cana alimentando individualismos, com quebra das construções coletivas, das expressões de solidariedade vivenciadas neste novo espaço social. Ainda mais, situação que se põe na contramão de políticas de maior segurança alimentar e de responsabilidade social. De outro lado, acirram-se conflitos com o órgão gestor, conflitos que estão diretamente ligados à expansão da cana que está, na verdade, no bojo de muitas dessas questões irregulares responsáveis pelo acirramento das divisões que levaram a Bela Vista a ser alvo de manchetes policiais, no final do último ano (ocasião do despejo judicial de um grupo plantador de cana).

### **Parcerias desfeitas, sonhos refeitos?**

No presente recentíssimo, cláusulas firmadas entre Incra, Usina Zanin e Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, envolvendo 50 famílias do projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro que solicitaram suspensão de parceria, buscam reparar a situação de assimetria de informações e de posições que tem caracterizado a integração dos assentados aos complexos agroindustriais. Cláusulas estas que, se obedecidas, poderão criar novo cenário em uma das regiões investigadas, pois determinam outro modelo de circulação de informação e fiscalização das operações – basicamente, agora, acompanhados pelo Sindicato local.

Em princípio, a usina ficaria autorizada pelo Incra a realizar todas as operações de colheita da cana-de-açúcar nos lotes do assentamento, tais como aceiros, corte de cana, carregamento e transporte, devendo utilizar seu pessoal e equipamentos, respeitando as normas ambientais, trabalhistas e as condições de maturação da cana-de-açúcar. Deve ser frisada a previsão dos custos das operações serem supridos com os rendimentos da própria cana, o que poderá solucionar os problemas das dívidas e pendências que vêm sendo apresentadas aos assentados. No caso em pauta, a usina havia apresentado uma planilha indicando uma dívida de R\$ 3.000.000,00 dos assentados, informação que acelerou a decisão das famílias de tentarem sair da parceria. O que vai acontecer com essa suposta dívida no curso do processo de desmontagem da parceria? Só o tempo dirá.

Há complicadores a serem assinalados. Tais cláusulas abrangem apenas os lotes/assentados do P.A. Bela Vista do Chibarro assistidos pelo sindicato. E os outros? Continuarão se sujeitando à assimetria de uma parceria que tem reproduzido desigualdades? Registra-se que de 50 passou-se a 80 famílias que se apresentaram na sede do sindicato, pedindo garantia jurídica para rompimento do contrato com a Usina.

A diferença de postura dos órgãos gestores vai, de fato, interferir nos rumos dos assentamentos da Califórnia Brasileira? E nas outras regiões, o que projetar como desdobramento das parcerias com as usinas? Informações não analisadas neste trabalho dão conta de que outros assentamentos estão plantando cana agroindustrial tanto no Pontal do Paranapanema quanto na região de Araraquara (vide quadro 1).

Novos questionamentos pipocam aqui e acolá em Araraquara. O Incra mudou efetivamente sua forma de gestão? A imposição, por parte da Feraesp, de um novo modelo de agricultura baseado nos moldes de prevenção e proteção ambiental, sem certeza das formas de viabilizá-lo reforça inseguranças. Momentos de impotência, de ressurgimento da esperança – com a perspectiva de uma usina de óleos essenciais, da fábrica de rapadura, do açúcar mascavo, da farinheira – alternam-se no cotidiano do assentamento, a exigir continuada observação desse movimento.

Nos núcleos da Fazenda Monte Alegre, apesar da resistência à cana se manifestar em muitas famílias, a mediação do Itesp ainda é pautada por ambigüidades. Ocorreram, no entanto, mudanças. Com a recente falência da Usina Santa Luiza, os assentados foram divididos em três grupos: os núcleos 1 e 5 têm contratos com a Usina Bonfim, do grupo COSAN que fica em Guariba; núcleos 2 e 4 com a Usina São Martinho, que fica em Pradópolis e núcleos 3 e 6 com as Usinas Santa Cruz (Américo Brasiliense) e Maringá (Araraquara).

A disputa de quatro usinas em torno da produção nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre mostra que a parceria com os assentados está longe de ser um negócio ruim, fadado ao fracasso. O envolvimento com as usinas continua a fomentar o drama vivido pelas famílias, ocasionando distorção das perspectivas de cooperação comunitária, imposição de valores competitivos e danos ambientais. Inegavelmente, a expansão da cana põe em questão a gestão do trabalho no interior dos assentamentos. Entretanto, a produção para o autoconsumo e a recuperação de um possível *ethos camponês* continuam tendo peso significativo no viver dos assentados.

No Pontal do Paranapanema, relações de clientelismos se alternam com situações de proximidade e de distanciamento face ao MST, com as indefinições da Prefeitura, com as estratégias de mobilização buscadas pelos assentados produtores familiares de leite em uma construção de outro modelo de desenvolvimento rural. Lá, também, registra-se uma mobilização em prol da implantação de culturas para a produção de biodiesel, projeto que divide o próprio movimento dos sem-terra.

Temos certeza de que nos assentamentos, existe uma reinvenção do rural e do local, tanto para as populações assentadas quanto para o entorno. Reinvenção que não elimina a preservação de hábitos culturais próprios de uma cultura camponesa nos mais diferentes espaços da vida social, os quais se expressam através de códigos de reconhecimento social, de elementos da economia moral (Barone, 2000). A expansão dessa modalidade de cultura da cana leva à emergência de novas racionalidades? E as resistências e tentativas de rompimento das parcerias reaviva as perspectivas de diversificação agrícola nos assentamentos? Estratégias e projetos colocam, frente à frente, as possibilidades da agricultura familiar e o monopólio do agronegócio nos sistemas produtivos e na economia regional.

A discussão das parcerias dos assentamentos nos põe, sem dúvidas, diante de dois modelos de desenvolvimento, regidos por lógicas diferentes. De um lado, uma, precedida pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, apresentando a entrada da cana nos assentamentos como garantia de autonomia financeira e de permanência na terra. De outro, a que procura levar os agentes políticos locais e regionais a verem na diversificação agrícola e nas alternativas de políticas públicas um outro caminho possível, ainda que cercado de indefinições.

Por outro lado, a perspectiva de serem os assentamentos inseridos na pauta de desenvolvimento local é cercada de muitos paradoxos e do freqüente não reconhecimento dos mesmos como vetores estratégicos para construção de um novo modelo de desenvolvimento.

A implantação de uma política nacional de biodiesel, que define o segmento da agricultura familiar como sua principal base de fornecimento de matéria-prima, projeta impactos ainda não claramente avaliados nos assentamentos rurais, implicando em novas estratégias e conflitos no encaminhamento das experiências de reforma agrária. No Estado de São Paulo, a adesão ao projeto de fornecimento de oleaginosas para a produção de biocombustíveis ainda tem um caráter bastante virtual, já que não foi instalada

qualquer planta industrial processadora de matéria-prima. No entanto, divergências e concorrências têm marcado a discussão dessa alternativa.

Reiteramos, cabe a nós, investigadores, analisar alternativas e rumos dessas experiências de Reforma Agrária, os quais não podem ser discutidos sem ser passada em revista, em profundidade, a trama de tensões presentes nos paradoxos da integração do assentamento aos complexos agroindustriais e na difícil, mas possível, perspectiva de um modelo de desenvolvimento alternativo.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANTONIO, A. P. **O Movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo estado. Os exemplos da alta sorocabana no período 1960-1990.** Tese de Doutorado em Geografia. FFLCH-USP, SP, 1990.

BARONE, L. A. Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto - o caso do Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos.** Nº 08, Araraquara: FCL/UNESP, 2000.

BARONE, L. A. **Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL. UNESP. Campus de Araraquara. 2002.

BAÚ, C. H. R. **Pequenos Produtores fornecedores de cana-de-açúcar na Região de Araraquara (SP): uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. Araraquara, FCL/UNESP, 2002.

BOTASIM, R. S. **Trabalhador sem-terra assentado: um futuro pequeno capitalista? – estudo do assentamento Água Sumida no município de Teodoro Sampaio/SP.** Monografia de Bacharelado em Geografia. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2002.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand e Brasil, 1989.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito.** São Paulo, Ed. Duas Cidades, 7ª Ed., 1987.

FERNANDES, B. M. **MST: FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO,** São Paulo, Hucitec, 1996.

FERRANTE, V.L.S.B. A proletarização não tem cartas marcadas (A terra no horizonte dos bóias-frias). **Natureza, História e Cultura – Repensando o Social,** Porto Alegre-RS: Editora da Universidade, 1992.

FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A.; Barone, L. A. **Poder Local e Assentamentos Rurais; Expressões de Conflito, de Acomodação e de Resistência.** Projeto de Pesquisa (CNPq). Araraquara/Presidente Prudente, Nupedor/GEPEP, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JUNIOR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos).** São Paulo, INCRA/UNIARA, 2005.

FERRANTE, V.L.S.B. **A Chama verde dos Canaviais.** Tese de Livre Docência. UNESP, Araraquara, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B. e BERGAMASCO, S.M.P.P. (Orgs.) **Censo de Assentamentos Rurais do estado de São Paulo.** Pesquisa Multicamp/UNESP – Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo. Dezembro/1995.

FERRANTE, V.L.S.B.; SANTOS, M. P. dos. A Cana nos Assentamentos: novas roupagens, velhas questões. **Anais do XLII Congresso da SOBER**, Juiz de Fora, julho, 2003.CD Room.

FERREIRA JÚNIOR, A. C. **Ações e políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos Santa Terezinha da Alcídia e Alcídia da Gata em Teodoro Sampaio/SP.** Monografia de Bacharelado em Geografia. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2007.

LEAL, G. M. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio/SP.** Monografia de Bacharelado em Geografia. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2003.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** S. Paulo, Hucitec, 1998.

LIMA, E. C. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidências e dinâmica territorial.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2006.

MARQUES, D. C., **Uma Análise Sócio-Jurídica da Parceria Rural em Ervália-MG.** Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais-MG, 2007.

MEDEIROS, L.S. de e LEITE, S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais. Mudança social e dinâmica regional.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

NEVES, D. P. **Assentamentos Rurais - Reforma Agrária em migalhas.** Niterói: EDUFF 1997.

NEVES, D. P. **Lavradores e Pequenos produtores de cana.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PINASSI, M. O.; QUEDA, O. Consórcio Canavieiro: proposta inovadora ou reedição de práticas tradicionais?. **Revista de Reforma Agrária**, ABRA, Nº 2, Vol.23, Campinas, maio/agosto, 1993.



PORTARIA ITESP – 75, de 24-10-2002 – **Diário Oficial do Estado** – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2002.

PUTNAN, R.D. **Comunidade e Democracia**. A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.

RAMOS, P. **Relatório de contrato de Prestação autônoma de Serviços Técnicos Especializados de Consultoria – Quarto relatório** (PROCESSO 15000/2005 – CONVÊNIO INCRA – ATEs). Campinas, Outubro/2005.

STETTER, E. A. **A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada?** (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sociologia, UNESP/Fclar, 2000.

WHITAKER, D.C.A. A Questão da Diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara/SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et all. **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Araraquara:UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo:INCRA,2003.